

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 E O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 E O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

# SUMÁRIO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2-4
BALANÇOS PATRIMONIAIS
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS (SOBRAS)
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO10
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS12



# RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Singulares Filiadas à

#### UNIMED NORDESTE PAULISTA FEDERAÇÃO INTRAFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS MÉDICAS

Ribeirão Preto - SP

#### Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **Unimed Nordeste Paulista Federação Intrafederativa das Cooperativas Médicas** ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos de possíveis ajustes que poderiam advir do assunto descrito na seção a seguir intitulada "base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Unimed Nordeste Paulista Federação Intrafederativa das Cooperativas Médicas** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

#### Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

1. Conforme mencionado na nota explicativa 09, a Cooperativa, com base nas Instruções Normativas DIOPE n° 20, de 20 de outubro de 2008 e DIOPE nº 48, de 19 de outubro de 2011, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que definiu a forma das Operadoras de Planos de Saúde contabilizarem as obrigações legais. Mantém registrado no passivo circulante e não circulante "tributos e encargos a recolher — parcelamento e provisão para riscos e contingências", com correspondência, ao ativo não circulante "título de créditos a receber de cooperados" o valor de R\$ 10.370 mil, em 31 de dezembro de 2020. Tal valor será exigido dos cooperados à medida que a Cooperativa tenha de pagar as obrigações legais registradas no passivo não circulante. Considerando que se trata de um ativo ainda não devidamente formalizado e individualizado, sem prazo de realização definido e vinculado a demandas passivas, sua recuperação pode ser classificada como duvidosa e, portanto, sujeito a provisão para perdas. Consequentemente, o ativo não circulante e o patrimônio líquido estão apresentados a maior no valor de R\$ 10.370 mil, devido ao não reconhecimento da provisão para perdas.



Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

#### Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 05 de fevereiro de 2021.

BLB BLB Auditores Independentes

AUDITORES CRC 2SP023165/O-2

Rodrigo Garcia Giroldo

CRC/1SP222658/O-9

# **BALANÇOS PATRIMONIAIS**

#### EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Em reais

	Nota	2020	2019
Ativo circulante		129.884.630	102.611.351
Disponível		268.928	3.563.007
Realizável		129.615.702	99.048.344
Aplicações financeiras	4	84.322.721	64.371.447
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		20.286.513	19.951.899
Aplicações livres		64.036.208	44.419.548
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	5	9.567.728	9.742.302
Contraprestação pecuniária a receber		6.922.871	7.538.699
Operadoras de planos de assistência à saúde		2.518.054	2.203.603
Outros Créditos de Operações com Planos de Assist. à Saúde		126.803	-
Créditos de oper.assist. à saúde não rel. c/ pl. de saúde da oper.		2.335.177	1.672.278
Créditos tributários e previdenciários	6	5.535.274	4.606.483
Bens e títulos a receber	7	27.691.430	18.520.544
Despesas antecipadas		87.451	59.369
Conta corrente com cooperados		75.921	75.921
Ativo não circulante		51.250.725	49.067.296
Realizável a Longo Prazo		41.764.791	40.676.385
Depósitos judiciais e fiscais	8	31.394.848	30.065.286
Conta corrente com cooperados	9	10.369.943	10.611.099
Investimentos	10	5.359.087	5.134.288
Particip. societ. avaliadas pelo método de custo de aquisição		5.359.087	5.134.288
Imobilizado	11	3.946.985	3.203.487
Imóveis de uso próprio – não hospitalares		2.032.000	2.032.000
Bens móveis de uso próprio – hospitalares		163.790	-
Bens móveis de uso próprio – não hospitalares		1.361.492	750.824
Outras imobilizações		389.703	420.663
Intangível	12	179.862	53.136
Total do ativo		181.212.081	151.678.647

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# **BALANÇOS PATRIMONIAIS**

#### EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Em reais

	Nota	2020	2019
Passivo circulante		66.082.711	52.856.999
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	13	12.038.804	13.062.458
Provisão Prêmio de Contraprestação Não Ganha (PPCNG)		230.846	229.356
Provisão para remissão		22.214	17.714
Provisão de eventos a liquidar para SUS		2.851.502	2.675.178
Prov. de ev. a liquidar p/ outros prest. de serviços assistenciais		1.404.399	1.818.668
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		7.529.843	8.321.542
Débitos de operações de assistência à saúde		9.110.705	9.865.223
Operadoras de planos de assistência à saúde		7.342.156	7.635.640
Outros débitos de oper. com planos de assistência à saúde	14	1.768.549	2.229.584
Débitos de oper.assist. à saúde não rel. c/ pl. de saúde da oper.	15	18.157.203	10.586.140
Tributos e encargos sociais a recolher	16	1.575.360	1.855.456
Empréstimos e financiamento a pagar		303.306	-
Débitos diversos	17	24.897.333	17.487.721
Passivo não circulante		48.684.972	46.682.533
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	13	8.694.654	8.093.645
Provisão para remissão		38.239	22.024
Provisão de eventos a liquidar para SUS		8.656.415	8.071.621
Provisões	18	29.577.428	28.331.384
Provisões para ações judiciais		29.577.428	28.331.384
Tributos e encargos sociais a recolher	16	10.011.068	10.257.504
Parcelamento de tributos e contribuições		957.002	1.296.519
Trib. e Contr. Relac. a IN 20 (Cooperativas) – Parc.	18	9.054.066	8.960.985
Empréstimos e financiamento a pagar		401.822	-
Patrimônio líquido		66.367.672	52.139.115
Capital social	19	743.995	743.995
Reservas	19	56.375.115	51.395.120
Reservas de sobras		56.375.115	46.420.092
Sobras à disposição da AGO	20	9.248.562	4.975.028
Total do passivo		181.212.081	151.678.647

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS (SOBRAS)

# EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Em reais

Demonstração do resultado do exercício	2020	2019
Contraprestações efetivas de oper. c/ planos de assistência à saúde líquidas	54.683.269	45.109.896
Receita com operações de assistência à saúde	57.250.854	47.161.476
Contraprestações líquidas	57.271.569	47.173.355
Variação das provisões técnicas de oper. De assistência à saúde	(20.714)	(11.879)
Tributos diretos de oper. C/ planos de assist. À saúde da operadora	(2.567.586)	(2.051.580)
Eventos indenizáveis líquidos	(28.869.777)	(25.295.410)
Eventos conhecidos ou avisados	(29.661.475)	(24.940.049)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados	791.698	(355.361)
Resultado das operações c/ planos de assist. À saúde	25.813.492	19.814.486
Outras receitas operac. De planos de assist. À saúde	84.121	75.002
Outras receitas oper. de assist. à saúde não rel. c/ pl. de saúde da operad.	19.334.538	24.557.423
Receitas operações de assistência médico-hospitalar	15.841.222	20.902.405
Receitas Adm Interc Eventual - Assist Med	471.579	734.961
Outras receitas operacionais	3.021.737	2.920.057
Outras despesas operacionais com planos de assist. À saúde	(30.128)	(170.760)
Outras despesas operacionais com planos de assist. À saúde	(34.060)	(21.407)
Provisão para perdas sobre créditos	3.932	(149.353)
Outras despesas oper. de assist. à saúde não rel. c/ pl. de saúde da oper.	(10.005.008)	(14.594.683)
Resultado bruto	35.197.015	29.681.468
Despesas de comercialização	(2.457.729)	(2.043.418)
Despesas administrativas	(19.667.130)	(22.847.805)
Resultado financeiro líquido	2.225.134	3.907.924
Receitas financeiras	4.763.747	5.965.098
Despesas financeiras	(2.538.613)	(2.057.174)
Resultado patrimonial	232.116	190.990
Receitas patrimoniais	236.325	197.115
Despesas patrimoniais	(4.209)	(6.125)
Resultado antes dos impostos e participações	15.529.406	8.889.159
Imposto de renda	(871.729)	(808.738)
Contribuição social	(319.582)	(299.786)
Participações no resultado	(64.898)	(82.105)
Provisão para pagamento de juros sobre o capital	(44.640)	(44.640)
Resultado líquido do exercício	14.228.557	7.653.890
		Continua

# DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS (SOBRAS) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Em reais

	~
continu	acao
	uçuc.

890
694)
390)
778)
028
3

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2020	2019
Resultado líquido do exercício	9.248.562	4.975.028
Outros resultados abrangentes	-	
Resultado abrangente do exercício	9.248.562	4.975.028

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# UNIMED NORDESTE PAULISTA FEDERAÇÃO INTRAFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS MÉDICAS DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 Em reais

	Capital	Fundo de		Fundo de	Fundo apoio	Sobra à disposição	Total do patrimônio
Mutações do patrimônio líquido	social	Reserva	RATES	Desenvolvimento	financeiro	da AGO	Líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2019	743.995	5.605.401	2.622.409	19.562.082	9.970.457	5.980.881	44.485.225
Destinações conforme AGO:			-				
Incorporação da sobra ao fundo de reserva	-	5.980.881	-	-	-	(5.980.881)	-
Destinações legais e estatutárias:							
Fundo de reserva – 10%	-	765.390	-	-	-	(765.390)	-
Rates – 5%	-	-	382.694	-	-	(382.694)	-
Fundo de desenvolvimento – 20%	-	-	-	1.530.778	-	(1.530.778)	-
Resultado do exercício						7.653.890	7.653.890
Saldos em 31 de dezembro de 2019	743.995	12.351.672	3.005.103	21.092.860	9.970.457	4.975.028	52.139.115
Destinações conforme AGO:							
Incorporação da sobra ao fundo de apoio financeiro	-	-	_	-	4.975.028	(4.975.028)	-
Resultado do exercício	-	-	_	-	-	14.228.557	14.228.557
Destinações legais e estatutárias:							
Fundo de reserva – 10%	-	1.422.856	_	-	-	(1.422.856)	-
Rates – 5%	-	-	711.428	-	-	(711.428)	-
Fundo de desenvolvimento – 20%	-	-	-	2.845.711	-	(2.845.711)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	743.995	13.774.528	3.716.531	23.938.571	14.945.485	9.248.562	66.367.672

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Em reais

	Nota		
Demonstração do fluxo de caixa	Explicativa	2020	2019
Atividades operacionais:			
Recebimento de planos de saúde		170.905.017	183.975.858
Resgate de aplicações financeiras		205.479.457	294.059.927
Outros recebimentos operacionais		120.950.363	144.220.562
(-) Pag. a fornecedores/prestadores de serviços à saúde		(134.742.529)	(156.347.189)
(-) Pagamentos de comissões		(1.657.893)	(2.104.520)
(-) Pagamentos de pessoal		(8.805.316)	(8.286.238)
(-) Pagamentos de serviços de terceiros		(3.316.958)	(1.944.646)
(-) Pagamentos de tributos		(7.919.610)	(6.668.985)
(-) Pagamento de Processos Judiciais		(1.852.227)	(1.898.935)
(-) Pagamentos de aluguel		(383.155)	(379.227)
(-) Pagamentos de promoção/publicidade		(2.234.130)	(2.769.421)
(-) Aplicações Financeiras		(223.461.810)	(304.681.962)
(-) Outros pagamentos operacionais		(115.768.238)	(140.158.107)
Caixa líquido das atividades operacionais	24	(2.807.029)	(2.982.883)
Atividades de investimentos			
(+) Recebimento de Venda de Ativo Imob. – Hospitalar		-	55.821
(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado – Outros		84.500	-
(+) Recebimento de Dividendos			1.818
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Investimento		242.619	-
(-) Pagamentos de aquisição do ativo imobilizado - outros		(256.315)	(162.195)
(-) Pagamento Relativos ao Ativo Intangível		-	(41.287)
(-) Pag. de Aquisição de Participação em Outras Empresas		(98.670)	(50.640)
(-) Outros Pagamentos das Atividade de Investimento		(76.111)	(88.358)
Caixa líquido das atividades de investimento		(103.977)	(284.841)
Atividades de financiamentos			
(-) Pagamentos de juros - empréstimos e financiamentos		(318.175)	(217.971)
(-) Pagamento de Participação nos Resultados		(64.898)	(82.105)
Caixa líquido das atividades de financiamento		(383.073)	(300.076)
Variação líquida do caixa		(3.294.079)	(3.567.800)
CAIXA – saldo inicial		3.563.007	7.130.807
CAIXA – saldo final		268.928	3.563.007
Ativos livres no início do período		47.982.555	39.724.076
			Continua

Continuação...

Ativos livres no final do período	64.305.136	47.982.555
Aumento nas aplicações financeiras – recursos livres	16.322.581	8.258.479

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Em reais

#### 1. Contexto operacional

A Unimed Nordeste Paulista Federação Intrafederativa das Cooperativas Médicas tem por objetivo a organização e orientação dos interesses econômicos, tecnológicos e assistenciais de caráter interativo de suas filiadas, conforme prerrogativas da Lei 5.764/71 e de seu Estatuto Social, proporcionando-lhes condições para o exercício de suas atividades e aprimoramento dos serviços de assistência médica e hospitalar. Para consecução deste mesmo objetivo, atua como operadora de planos de saúde coletivos, de abrangência regional, nos termos da Lei 9.656/98.

A cooperativa é dependente das diretrizes e normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, políticas de comercialização e reajustes de preços dos planos de saúde, e também de estabelecer normas financeiras e contábeis.

A Cooperativa possui registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), sob o número 32829-4.

No âmbito cooperativo, visando o alcance de seus objetivos sociais, a Federação Nordeste Paulista integra o sistema cooperativo Unimed, cumprindo todas as obrigações oriundas das normas e regulamentos emitidos pela Unimed do Brasil, inclusive a adoção das regras para registro de riscos compartilhados, orientadas pela RN 430/17.

#### 1.1 Covid-19

Todos os efeitos econômicos decorrentes da Covid-19 estão refletidos nas demonstrações contábeis da cooperativa. No que se refere ao rol de procedimentos com cobertura obrigatória, foram cumpridos em 2020 todas as diretrizes da RN 428/17 (Rol), incluindo as ampliações de cobertura trazidas pelas RNs nº 453 e 460/20, ambas relativas a cobertura de diagnósticos para doença.

As operações de intercâmbio tiveram redução em decorrência dos reflexos da pandemia, sobretudo nos meses em que os procedimentos eletivos tiveram forte baixa entre abril e junho. Foi constatada alta expressiva da sinistralidade no segundo semestre, fruto da

retomada da utilização dos serviços que havia sido retraída no segundo trimestre.

Em decorrência da predominância de planos na modalidade pós pagamento (custo operacional) no número de vidas da operadora, a administração considera que o resultado do exercício não significativamente foi afetado, para menos ou para mais, em decorrência da Covid-19.

A perspectiva de extensão da pandemia por todo ano de 2021 foi considerada nas avaliações feitas pela administração e as alterações no perfil dos custos das operações estão contemplados nas previsões orçamentárias do exercício entrante.

A carteira de beneficiários dos planos da operadora se manteve estável durante todo o exercício social de 2020.

Não obstante, a administração não descarta a possibilidade de que os impactos na economia e no mercado, decorrentes da pandemia causada pelo Coronavírus, possam vir a afetar adversamente os custos de suas operações nos períodos futuros.

#### 2. Apresentação das demonstrações financeiras

#### 2.1. Declaração de conformidade e base de elaboração

As demonstrações financeiras da Cooperativa foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, adaptadas às peculiaridades da atividade cooperativista em consonância com a Lei 5.764/71, bem como as normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela ANS, em consonância com o plano de contas padrão das operadoras de planos privados de assistência à saúde – OPS nos termos da Resolução Normativa 435/18.

Essas demonstrações financeiras estão expressas em Real, que é a moeda funcional da Cooperativa, e consideram o custo histórico como base de valor, salvo quando indicado de forma diferente.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, cuja autorização para sua conclusão foi dada por esta em 05 de fevereiro de 2021.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Cooperativa de dar continuidade as suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Cooperativa está adimplente em relação às cláusulas de dívidas na data da emissão dessas demonstrações financeiras.

#### 3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Cooperativa nessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma:

#### a) Apuração das sobras ou perdas

As contraprestações pecuniárias, eventos indenizáveis, ingressos e dispêndios são apropriados obedecendo ao regime de competência. As contraprestações pecuniárias representam o valor justo recebido ou a receber pelo curso normal das atividades da Cooperativa.

As contraprestações pecuniárias são reconhecidas: (i) quando o valor dos serviços prestados é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Cooperativa; e (iv) no momento que os serviços estejam disponíveis para os usuários, ou seja, quando os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao usuário.

#### b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Na elaboração das demonstrações financeiras da Cooperativa, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras operações. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos e essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Cooperativa revisa suas estimativas e premissas, em período não superior a um ano.

#### c) Instrumentos financeiros

#### (i) Ativos financeiros não derivativos

A Cooperativa reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Cooperativa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Cooperativa deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos

contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Cooperativa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Cooperativa possui aplicações financeiras e recebíveis como ativos financeiros não derivativos.

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem os créditos de operações com planos de assistência à saúde e demais valores a receber.

#### (ii) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado, se aplicável.

Em 31 de dezembro de 2020, não havia operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos e não ocorreram operações desse tipo no decorrer dos exercícios.

#### (iii) Passivos financeiros não derivativos

A Cooperativa reconhece os passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos incialmente na data de negociação na qual a Cooperativa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Cooperativa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Cooperativa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Cooperativa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, prestadores de serviços, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

#### d) Caixa e equivalentes de caixa

Representado por numerários em caixa e saldos em bancos conta movimento, conforme determinação da ANS em grupo titulado "disponível".

#### e) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras livres são resgatáveis no prazo até 90 dias com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, sendo o ganho ou perda registrado no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

As aplicações financeiras garantidoras de provisões técnicas, nos termos da RN nº 392/2015 e posteriores alterações da ANS, possuem cláusula restritiva de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira.

#### f) Créditos com plano de assistência à saúde

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, dos ingressos oriundos dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde.

#### g) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC

É registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos. A Administração da Cooperativa, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

#### h) Estoques

Avaliados pelo custo de aquisição. Variações em relação aos valores de reposição ou de realização não são relevantes.

#### i) Investimentos

Representados por participações societárias no sistema cooperativista e atividade médica, são demonstrados ao valor de aquisição, somados às incorporações de sobras e/ou dividendos ocorridos.

#### j) Imobilizado

Demonstrado pelo custo histórico de aquisição, deduzida à depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. O imobilizado em andamento é demonstrado pelo custo já incorrido e pelo valor desembolsado, respectivamente. A Cooperativa inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como dispêndios do exercício, quando incorridos. A depreciação está calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ingressos (dispêndios) operacionais" na demonstração do resultado. A Cooperativa não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

#### k) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

#### I) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda.

A Administração da Cooperativa revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (impairment), em contrapartida ao resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Com base nas análises da Administração, não foram necessárias provisões para recuperação de ativos em 31 de dezembro de 2020.

#### m) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

**Provisão de remissão:** é constituída para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias referentes à cobertura de assistência à saúde e foi calculada com base em nota técnica devidamente aprovada pela ANS, de acordo com as determinações da Resolução Normativa nº 393, de 9 de dezembro março de 2015 e normas posteriores.

*Provisão para eventos ocorridos e não avisados -PEONA:* destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à Operadora. Constituída com base nos parâmetros previstos na Resolução Normativa – RN nº 393/15, da ANS e alterações posteriores. A Cooperativa tem aprovada pela ANS a metodologia própria de cálculo da provisão, baseada em estudo técnico atuarial.

**Provisão de eventos a liquidar:** representados pelos valores relativos à prestação de serviços médicos efetuados para a Cooperativa em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, nos termos da Resolução Normativa — 393/15 e alterações posteriores.

**Ressarcimento ao SUS:** provisão face as demandas com o SUS, efetuadas conforme determinações da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

#### n) Imposto de renda e contribuição social

Calculados com base no resultado tributável das operações geradas com terceiros, às alíquotas estabelecidas para o imposto de renda e para a contribuição social sobre o lucro líquido, nos termos da legislação fiscal vigente. Sobre o resultado decorrente da operação com cooperados não há incidência desses tributos.

#### o) Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### p) Segregação entre circulante e não circulante

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

#### q) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Quando aplicável, os ativos e passivos não circulantes e os circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nos ingressos, dispêndios e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de dispêndios e ingressos financeiros no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

#### r) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma: Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Cooperativa possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Cooperativa, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas, e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Cooperativa revisa suas estimativas e premissas em período não superior a um ano.

#### s) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método direto conforme determinação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

#### 4. Aplicações financeiras

Descrição	Modalidade	2020	2019
Aplicações garantidoras de	provisões técnicas (i)	20.286.513	19.951.899
Banco Bradesco	Fundo Bradesco FIRFANS (ii)	13.196.655	12.901.250
Banco Santander	Fundo Santander – ANSRF	2.171.307	2.128.481
Banco CEF	Fundo CEF ANS RF FI	1.883.384	1.891.002
XP Investimentos	LFT 210100 - dentre outros	3.035.167	3.031.166
Aplicações Não Vinculadas		64.036.208	44.419.548
Banco Bradesco	FICFI REFER DI TOP	20.692.380	12.150.923
Banco Santander	FICFI	3.017.202	64.862
XP Investimentos	APL/CDB	39.800.807	31.318.672
Banco Sicoob	RDC - Longo CDI	2.044	884.758
Planner Corretora de Valores	Cotas de Fundos de Investimentos	523.775	-
Banco CEF	FIC CX GIRO DI LP	-	333
Total		84.322.721	64.371.447

As aplicações são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sendo representadas por aplicações financeiras em fundos e certificados de depósitos bancários.

As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, considerando o valor e a época da aplicação e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa.

(i) A Cooperativa apresentou as aplicações financeiras garantidoras de provisões técnicas, nos termos da RN nº 392/15 e posteriores alterações da ANS. A vinculação deve ser realizada em Fundos Dedicados à Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições financeiras e sua utilização imediata necessitará de breve autorização pela ANS à instituição financeira.

(ii) Em 2020, do valor de R\$ 13.196.655 da aplicação financeira no Banco Bradesco, o correspondente a R\$ 7.894.291 trata-se de aplicação que integra o lastro das provisões técnicas da ANS, porém, não possui vinculação obrigatória nos termos das normas vigentes.

#### 5. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Descrição	2020	2019
Contraprestação pecuniária a receber:		
Faturas a receber – PJ	22.377.506	23.007.742
Faturas a receber – PF	78.789	68.238
Operadoras de Planos	2.531.130	2.216.752
Suspensão de Reajuste ANS	126.802	-
(-) Provisão para perdas sobre créditos (i)	(15.546.499)	(15.550.430)
Total	9.567.728	9.742.302

(i) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos. Provisão representada significativamente em R\$ 15.021.481,41 referente cobertura em pós pagamento

#### 6. Créditos tributários e previdenciários

Descrição	2020	2019
Créditos tributários (i)	5.535.274	4.606.483

(i) Representado substancialmente pelo ICMS a recuperar decorrente das operações das distribuidoras de medicamentos, no montante de R\$ 2.445.914,19 correspondente à saldo credor de GIA e recolhimento antecipado por substituição tributária.

#### 7. Bens e títulos a receber

Descrição	2020	2019
Estoques	8.317.008	3.841.656
Distribuidora de Medicamentos	5.283.319	2.904.226
Laboratório Óptico	170.015	213.250

2.771.941	629.099
91.733	95.081
2.851	2.242
2.450.816	2.626.173
7.757.820	6.195.564
79.200	33.526
(223.538)	(385.999)
9.307.273	6.207.382
27.691.430	18.520.544
	91.733 2.851 2.450.816 7.757.820 79.200 (223.538) 9.307.273

- (i) Representado pelas contas a receber das Unimed's (singulares filiadas) por conta de fornecimentos de medicamentos e produtos da distribuidora de medicamentos e óptica;
- (ii) Corresponde a créditos oriundos de devoluções de medicamentos realizados pela Distribuidora, que estão sendo negociados com os respectivos fornecedores, mediante obtenção de bônus ou descontos em compras futuras.
- (iii) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber, é constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 90 dias.

#### 8. Depósitos judiciais e fiscais

Representados por depósitos judiciais realizados para fazer frente a contestações de diversos processos nas áreas tributária, trabalhista e previdenciária, cujas exigibilidades estão correspondidas através de provisão para riscos e contingências, apresentada no passivo não circulante - exigível a longo prazo (nota explicativa 19) e permanecerão vinculadas até o final das demandas.

	Nota		
Descrição	explicativa	2020	2019
Depósitos judiciais – ressarcimento SUS	13 (ii)	8.656.415	8.071.621
Depósitos judiciais – INSS prod. especial	18 (i)	3.721.631	3.672.004
Depósitos judiciais – INSS FAP	18 (i)	66.130	65.182
Depósitos judiciais – processos cíveis	18 (iii)	465.401	439.733
Depósitos Judiciais – processos trabalhistas	18(iii)	19.026	19.026
Depósitos judiciais – proc. Tributários - TSS	(i)	184.150	1.640.682
Depósitos judiciais – COFINS	18 (ii)	15.470.094	13.645.987
Depósitos judiciais – PIS	18 (ii)	2.811.998	2.511.051
Total		31.394.848	30.065.286

(i) A Cooperativa está requerendo a devolução dos recursos pagos sobre a TSS em decorrência da ofensa ao princípio da legalidade estrita, visto que sua base de cálculo foi definida pelo artigo 3º da Resolução nº 10, da diretoria Colegiada da ANS. Sobre esse assunto a Cooperativa está realizando depósito judicial.

#### 9. Conta corrente com cooperados – realizável a longo prazo

Representada pelo saldo acumulado de R\$ 10.369.943 em 31 de dezembro de 2020, que corresponde a valores atualizados de lançamento de transferência de saldo devedor de "Sobras e Perdas Acumuladas" ocorrido em 2008, decorrentes do registro em contrapartida das contingências passivas detalhadas a seguir, que estão contempladas no saldo da conta de "Provisões para Contingências" apresentadas no passivo não circulante (nota explicativa 18 (iv)), referindo-se a responsabilidade transferida às cooperadas pelo pagamento das exigibilidades envolvidas, caso venham a ser exigidas na ocorrência de decisões desfavoráveis nas demandas judiciais movidas pela Federação, permanecendo a realização dos referidos créditos vinculada à efetiva exigibilidade dos passivos correspondentes. Os registros foram realizados consoante à faculdade prevista contida na Instrução Normativa nº 20 de 20/10/2008 da DIOPE/ANS e alterações posteriores, além de ratificados nas Assembleias Gerais Ordinárias, os quais são detalhados a seguir:

Descrição	2020	2019
Pis e Cofins - operadora e distribuidora (2005 a 2007)	1.315.878	1.650.114
Processos Jurídicos – Área Estadual	9.054.065	8.960.985
Total	10.369.943	10.611.099

#### 10. Investimentos

#### a. Composição do saldo

Descrição	2020	2019
Unimed do Brasil	2.170.098	2.005.719
Federação das Unimeds do Est. São Paulo	3.053.362	3.053.362
Alcred Jaboticabal	9.766	9.766
MedCred Ribeirão Preto	7.200	7.230
Central Nacional Unimed	56.421	51.199
SICOOB – Sist. De Coop. de Cred. do Brasil	2.240	1.012
FESPPART – Participações	60.000	6.000
Total	5.359.087	5.134.288

#### b. Movimentação

Descrição	2019	Adições	Baixas	2020
Unimed do Brasil	2.005.719	164.379	-	2.170.098
Federação das Unimeds do Est. SP.	3.053.362	-	-	3.053.362
Alcred Jaboticabal	9.766	-	-	9.766
MedCred Ribeirão Preto	7.230	30	(60)	7.200
Central Nacional Unimed	51.199	5.222	-	56.421
SICOOB – Sist. De Coop. de Cred.	1.012	1.228	-	2.240
FESPPART – Participações	6.000	54.000	-	60.000
Total	5.134.288	224.859	(60)	5.359.087

#### 11. Imobilizado

### a. Composição do saldo

	Taxa				
	depre-			2020	2019
	ciação		Depreciação		
Descrição	Anual	Custo	Acumulada	Líquido	Líquido
Bens móveis - não hospitalares					
Terrenos	-	2.032.000	-	2.032.000	2.032.000
Móveis e utensílios	10%	661.960	(554.408)	107.552	118.653
Veículos	20%	13.800	(13.800)	-	31.280
Instalações	10%	187.905	(166.017)	21.888	27.811
Máquinas e equipamentos	10%	2.330.621	(1.164.681)	1.165.940	502.936
Máquinas e equip. Hosp. (*)	10%	166.120	(2.330)	163.790	-
Equipam. de comunicação	10%	106.318	(59.300)	47.018	49.458
Terminais e periféricos	20%	1.319.211	(1.253.098)	66.113	70.144
Outras Imobilizações					
Direito de uso de telefone	-	4.329	-	4.329	4.329
Benf. em propr. de terceiros	10%	718.599	(380.244)	338.355	366.876
Total		7.540.863	(3.593.878)	3.946.985	3.203.488

<sup>(\*)</sup> A cooperativa mantinha na data da 31.12.2020 o valor de R\$ 76.726 registrado em contas de compensação de ativo e passivo (grupo 1.9 e 2.9, conforme RN 435), correspondente a equipamentos médicos e instrumentais remetidos para utilização fora do estabelecimento.

# b. Movimentação do custo

Descrição	2019	Adições	Baixas	2020
Bens Móveis - Não Hospitalares				
Terrenos	2.032.000	-	-	2.032.000
Móveis e Utensílios	703.230	13.778	(55.048)	661.960
Veículos	158.374	-	(144.574)	13.800
Instalações	187.377	528	-	187.905
Máquinas e Equipamentos	1.523.872	835.745	(28.996)	2.330.621
Máquinas e Equipamentos Hosp	-	166.120	-	166.120
Equipamentos de Comunicação	102.940	3.378	-	106.318
Terminais e Periféricos	1.300.169	19.042	-	1.319.211
Outras Imobilizações				
Direito de Uso de Telefone	4.329	-	-	4.329
Benf. em propr. de terceiros	718.599	-	-	718.599
Total	6.730.890	1.038.591	(228.618)	7.540.863

# c. Movimentação da depreciação acumulada

Descrição	2019	Adições	Baixas	2020
Bens Móveis - Não Hospitalares				
Móveis e Utensílios	(584.577)	(24.794)	54.962	(554.408)
Veículos	(127.094)	(9.599)	122.892	(13.800)
Instalações	(159.566)	(6.451)	-	(166.017)
Máquinas e Equipamentos	(1.020.936)	(168.618)	24.873	(1.164.681)
Máquinas e Equipamentos Hosp	-	(2.330)	-	(2.330)
Equipamentos de Comunicação	(53.482)	(5.818)	-	(59.300)
Terminais e Periféricos	(1.230.025)	(23.072)	-	(1.253.098)
Outras Imobilizações				
Benf. em propr. de terceiros	(351.723)	(28.521)	-	(380.244)
Total	(3.527.403)	(269.203)	202.728	(3.593.878)

# 12. Intangível

#### a. Composição do saldo

			2020	2019
		Amortização		
Descrição	Custo	acumulada	Líquido	Líquido
Sistema de comp não hospitalares				
Softwares e Aplicativos	1.393.907	(1.214.045)	179.862	53.136

# b. Movimentação do custo

Descrição	2019	Adições	2020
Sistema de computação - não hospitalares			
Softwares e Aplicativos	1.221.055	172.852	1.393.907

# c. Movimentação da amortização acumulada

Descrição	2019	Adições	2020
Sistema de Computação - Não Hospitalares			
Softwares e Aplicativos	(1.167.919)	(46.126)	(1.214.045)

# 13. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

		2020		2019
		Não		Não
Descrição	Circulante	circulante	Circulante	circulante
Provisão de remissão (i)	22.214	38.239	17.715	22.024
PPCNG	230.846	-	229.356	-
Provisão de eventos a liquidar:				
Ressarcimento SUS (ii)	2.851.502	8.656.415	2.675.178	8.071.621
Rede credenciada (iii)	822.941	-	932.911	-
Intercâmbio <b>(iii)</b>	576.910	-	881.077	-
Reembolsos	4.548	-	4.680	-
Provisão de eventos ocorridos				
e não avisados – PEONA <b>(iv)</b>	7.529.843	-	8.321.541	-
Total	12.038.804	8.694.654	13.062.458	8.093.645

- (i) Constituída sobre contratos comercializados que possuem cláusula de remissão das contraprestações pecuniárias, correspondente à continuidade de cobertura de assistência à saúde a usuários dependentes em caso de falecimento do titular do plano.
- (ii) A Cooperativa está em demanda administrativa e judicial contra a instituição governamental, relativamente às cobranças do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/98. As cobranças advêm de atendimento médico, hospitalar e ambulatorial pela rede pública de saúde de beneficiários do seu plano de saúde. Diante das diversas controvérsias que recaem sobre essas cobranças e na opinião favorável quanto ao êxito da Administração da Cooperativa e também dos assessores jurídicos, as estimativas provisionadas conforme determinação da ANS, são suficientes para eventuais perdas com estas demandas. Há depósitos judiciais consignados nas demonstrações financeiras relativo a essas demandas no valor de R\$ 8.656.415 em 31 de dezembro de 2020, como descrito na nota explicativa 8.
- (iii) Relativo aos serviços de assistência à saúde, realizados pelos médicos, hospitais, clínicas e laboratórios credenciados, para cobertura de assistência médica dos usuários da Cooperativa.
- (iv) Constituída com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução Normativa RN nº 393/2015 da Agência Nacional de Saúde Suplementar − ANS e alterações vigentes, é destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que ainda não tenham sido avisados à Operadora. O valor apresentado em 31 de dezembro de 2020 corresponde a 72/72 avos, ou seja, a integralidade da provisão.

Adicionalmente as operadoras de plano de saúde do grupo estão sujeitas às seguintes exigências estabelecidas pela RN ANS nº 392/15 e posteriores alterações:

- Capital Base: capital de referência R\$ 8.789.791,63 (RN 451/20) atualizado anualmente tendo como referência a variação do IPCA 07/2020, multiplicado pelo fator K (anexo I da mesma norma) e suas posteriores alterações, o qual depende da região de comercialização e do segmento da operadora;
- Margem de solvência: manter patrimônio líquido superior a 20% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses, ou 33% da média anual dos eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses, dos dois o maior. O prazo máximo permitido para adequação é de 10 anos, onde as operadoras deverão observar a proporção cumulativa mínima de 1/120 avos por mês, a partir de janeiro de 2008; a ser constituído 100% em Dez/2022:
- Ativos garantidores: as provisões técnicas exigem a constituição de garantias financeiras a serem mantidas de acordo com as regras estabelecidas pela RN ANS nº 392/12 e posteriores alterações. Em 31 de dezembro de 2020, as garantias financeiras eram constituídas exclusivamente por aplicações financeiras (nota explicativa 4).

#### 14. Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde

Descrição	2020	2019
Provisão plano de Saúde	1.768.549	2.229.584

Provisão constituída para fazer frente ao montante de contas em trânsito, ainda não avisadas à operadora, em função da natureza de suas operações, destinada à cobertura de compromissos assumidos com a prestação dos serviços de assistência médico-hospitalar até a data do balanço, cujos custos estimados e calculados com base na sinistralidade média dos últimos trimestres do exercício, cuja previsão para apresentação é estimada em até 90 dias após a ocorrência do evento. Esta provisão operacional não representa saldo de eventos a liquidar avisados de que trata a RN 393/15 e posteriores alteração, e é constituída, sobretudo em razão das peculiaridades do sistema de intercâmbio.

#### 15. Débitos de oper.assist. à saúde não rel. c/ pl. de saúde da oper.

Descrição	2020	2019
Prestação Serviço Assistência Saúde	2.433.796	3.460.146
Déb. com Adm Prog ou Fund. de Custeio de Desp Assist Saúde	15.723.407	7.125.994
Total	18.157.203	10.586.140

Os débitos com administração de programa referem-se à contabilização dos produtos federativos que adequaram sua contabilização atendendo a RN 430, item 9 - Fundo comum, anteriormente registrados na nota explicativa nº 18.

#### 16. Tributos e encargos sociais a recolher

		2020		2019
		Não		Não
Descrição	Circulante	circulante	Circulante	circulante
Tributos e contribuições a recolher	1.216.484	9.054.066	1.501.860	8.960.985
Tributos e contribuições a recolher				
– parcelamento (i)	358.876	957.002	353.596	1.296.519
Total	1.575.360	10.011.068	1.855.456	10.257.504

#### (i) Parcelamento:

a) Imposto de Renda e Contribuição Social - (R\$ 52.640 no circulante e R\$ 140.375 no não circulante).

Refere-se ao parcelamento da Lei nº 11.941/09 (REFIS) no total de R\$ 411.990 (Quatrocentos e onze mil e novecentos e noventa reais), parcelados em 160 meses junto a Secretaria da Receita Federal, restando em 31 de dezembro de 2020, o saldo apagar de R\$ 193.015 correspondente a 44 parcelas mensais e consecutivas.

b) COFINS e PIS - (R\$ 140.375 no circulante e R\$ 816.628 no não circulante).

Refere-se ao parcelamento da Lei Nº 11.941/09 no total de R\$ 2.387.115 (Dois milhões, trezentos e oitenta e sete mil e cento e quinze reais), parcelados em 160 meses junto a Secretaria da Receita Federal, restando em 31 de dezembro de 2020, o saldo a pagar de R\$ 957.003 correspondente a 44 parcelas mensais e consecutivas.

#### 17. Débitos Diversos

Modalidade	2020	2019
Prov. de férias e encargos	714.056	646.521
Obrigação com pessoal	5.548	7.155
Fornecedores (ii)	22.567.253	15.396.377
Distribuidora	11.997.712	6.722.701
Órtese e prótese	10.088.561	8.017.944
Diversos	480.980	655.732
Depósitos de terceiros (i)	1.565.836	1.393.028
Prov. juros sobre capital	44.640	44.640
Total	24.897.333	17.487.721

- (i) Refere-se basicamente a ingressos decorrentes de mensalidades de contribuição social emitidas contra suas associadas em contrapartida de contas a receber, que serão reconhecidas de acordo com o recebimento e período de competência.
- (ii) Representado substancialmente pelas contas a pagar aos fornecedores de materiais e medicamentos adquiridos até 31 de dezembro de 2020 para as filiais distribuidora de Medicamentos, óptica e hospitalar, a serem liquidadas a partir de janeiro de 2020.

#### 18. Provisões para ações judiciais e Parcelamento IN 20

Corresponde às provisões para contingências que conservadoramente a Administração decidiu por constituir, destinada a fazer face à cobertura de eventuais riscos de perdas em demandas, as quais nossos assessores jurídicos através de parecer emitido, atestam como possíveis às possibilidades de perdas, assim distribuídas:

Descrição	2020	2019
Tributárias e previdenciárias		
Previdenciárias (i)	3.895.200	3.845.756
Pis/Cofins (ii)	18.282.096	16.157.038
Trabalhistas (iii)	86.277	79.318
Ações cíveis (iii)	7.129.707	6.608.590
Administrativas ANS	184.148	1.640.682
Total	29.577.428	28.331.384

- (i) Provisão constituída sobre a contribuição previdenciária incidente sobre repasses de produção realizados a cooperados eleitos para cargos de direção na Federação e da parcela de terceiros, que estão sendo contestadas judicialmente, correspondidas por depósitos judiciais apresentados na nota explicativa 8, que permanecerão vinculados até a decisão final do judiciário.
- (ii) Correspondem a contribuições ao PIS e COFINS dos períodos de 2009 a 2020, objeto de contestação judicial, representado por depósitos judiciais apresentados no ativo não circulante, nota explicativa 8.
- (iii) A Cooperativa está discutindo na justiça ações de naturezas indenizatórias e trabalhistas. Na opinião dos assessores jurídicos, o desfecho desses processos é de perda remota, possível ou provável em valores inferiores ao da causa. Dessa forma, a Administração optou em constituir provisão para contingências para fazer face à eventuais perdas futuras para as ações cíveis e trabalhistas com expectativa de perda possível e provável estimada pelos assessores jurídicos da Empresa. Há depósitos judiciais cíveis no montante de R\$ 465.401 e trabalhistas no montante de R\$ 19.026 em 31 de dezembro de 2020, dos quais R\$ 316.995 correspondem ao custeio judicial de insumos de alto custo que a operadora entende não possuir cobertura pelos contratos vigentes.

#### 19. Patrimônio líquido

#### a. Capital social

O capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um só voto, independentemente do número de suas cotas partes.

#### b. Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- 10% para ao Fundo de reserva, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados e empregados da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação da Cooperativa; e
- 20% para Fundo de Desenvolvimento, destinados ao desenvolvimento das atividades e operações da Cooperativa.
- 6% para juros sobre o capital social integralizado, apresentado em rubrica específica no passivo circulante.
- Além dessas reservas outras poderão ser constituídas com fins de duração específicos em Assembleia Geral dos cooperados.

#### 20. Sobras à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas legais e estatutárias, ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto a sua destinação, e são assim demonstradas:

Descrição	2020	2019
Resultado líquido do exercício	14.228.557	7.653.890
Constituição de reservas legais e estatutárias:		
Fundo de reserva	(1.422.856)	(765.390)
RATES (5% da sobra do exercício)	(711.428)	(382.694)
Fundo de desenvolvimento (20% da sobra do exercício)	(2.845.711)	(1.530.778)
Sobras à disposição da AGO	9.248.562	4.975.028

#### 21. Atendimento às regulamentações da ANS

A Cooperativa encontra-se em contínuo processo de aprimoramento de seu sistema de controles internos e contábeis, visando o pleno e tempestivo atendimento às regulamentações emitidas pela ANS.

#### 22. Seguros

A Administração da Cooperativa mantém cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para bens do imobilizado e dos estoques, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

#### 23. Gerenciamento de riscos

As operações da Cooperativa estão expostas a riscos de mercado, principalmente com relação aos riscos de crédito e de preços na compra de materiais e medicamentos para revenda. Risco de crédito: associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados a seus clientes (singulares) é atenuado pelas políticas de vendas e concessão de crédito que são fixadas pela Administração e visam minimizar eventuais problemas de inadimplência de seus clientes (singulares), outra é pela possibilidade legal de interrupção do atendimento aos beneficiários de planos de saúde após determinado período de inadimplência. O risco de crédito é historicamente baixo. Risco de preços na compra de materiais e medicamentos: a Cooperativa está exposta a eventos mercadológicos, políticos entre outros fatores fora de seu controle. A Administração tem como política o controle físico do estoque, que inclui compras antecipadas, de forma a minimizar esse risco.

#### 24. Conciliação da demonstração do fluxo de caixa

	2020	2019
Resultado líquido do exercício	14.228.557	7.653.890
Ajustes:		
Depreciação e Amortização	315.329	284.556
Resultado de baixa de imobilizado liquido	25.891	-
Prov./reversões p/ perdas sobre créditos - PPSC (PJ e PF)	(3.931)	1.723.251
Prov./reversões p/ perdas sobre créditos - PPSC bens e	(162.461)	-
Prov. perda IRRF/PIS/COFINS/CSLL	(466.598)	-
Notas a faturar	(710.958)	(263.106)
Baixa de contingência ativa	356.944	377.952
Juros de aplicações financeiras	(3.550.917)	(3.330.954)
Despesas de Aplicação Financeira	1.316.985	-
Provisão p/ eventos ocorridos e não avisados – PEONA	(791.699)	355.361
Variações Sobre Provisões Técnicas - Remissão	20.715	-
Variações Sobre prov. tec. Outros déb. Op. de assist. à saúde	(461.035)	139.099
Provisão para ações judiciais	1.246.044	(298.495)
Saldo ajustado	11.362.866	6.641.554
		Continua

# Continuação...

Variações nos ativos e passivos operacionais		
Aplicações financeiras	(17.717.342)	(10.255.256)
Créditos de operações com assistência à saúde	178.505	(930.807)
Créd. de oper. c/ assist. à saúde n. rel. c/ pl. de saúde da oper.	(662.899)	(968.702)
Créditos tributários e previdenciários	(462.193)	(47.737)
Bens e títulos a receber	(8.297.467)	(967.721)
Despesas antecipadas	(28.082)	8.716
Conta corrente com cooperados	241.156	(161.313)
Outros Valores e Bens	(1.329.562)	(1.083.612)
Total de Variações no Ativo	(28.077.884)	(14.406.432)
Total de Variações no Ativo Provisões Técnicas	(28.077.884)	(14.406.432) 2.242.601
•		
Provisões Técnicas	(252.670)	2.242.601
Provisões Técnicas Débitos c/ operações de assist. à saúde	(252.670) (293.484)	2.242.601 3.249.771
Provisões Técnicas  Débitos c/ operações de assist. à saúde  Déb. c/ oper.de assist. à saúde não rel. c/ pl. saúde da oper.	(252.670) (293.484) 7.571.063	2.242.601 3.249.771 7.161.937
Provisões Técnicas  Débitos c/ operações de assist. à saúde  Déb. c/ oper.de assist. à saúde não rel. c/ pl. saúde da oper.  Tributos e encargos sociais a recolher	(252.670) (293.484) 7.571.063	2.242.601 3.249.771 7.161.937 64.441
Provisões Técnicas  Débitos c/ operações de assist. à saúde  Déb. c/ oper.de assist. à saúde não rel. c/ pl. saúde da oper.  Tributos e encargos sociais a recolher  Conta corrente com cooperados	(252.670) (293.484) 7.571.063 (526.532)	2.242.601 3.249.771 7.161.937 64.441 (3.553.018)

\*\*\*